

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PAULO FREIRE: REFLEXÕES SOBRE JORNALISMO DE SERVIÇO À LUZ DO PENSAMENTO FREIREANO

TEMER, A. C. R. P.¹, SANTANA, M. J. S.²

RESUMO

O objetivo deste artigo é relacionar os conceitos de comunicação e educação encontrados nas obras do renomado educador brasileiro Paulo Freire. A aproximação entre essas duas áreas de conhecimento é possível a partir das opiniões desse autor sobre o campo comunicacional, cujos recortes estão distribuídos em várias de suas obras. A proposta desse estudo é analisar e discutir a capacidade e os limites dos meios de comunicação de massa em dotar os sujeitos de conhecimentos necessários para tomada de decisões no cotidiano. Busca-se circunscrever as discussões da comunicação de massa ao campo do jornalismo e discorrer sobre as limitações do gênero jornalístico, o jornalismo de serviço, e sua capacidade de se colocar como um gênero que possui uma função educativa promovida pelos noticiários.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Educação; Paulo Freire; Jornalismo; Jornalismo de Serviço.

Renomado educador brasileiro de prestígio nacional e internacional e mentor da educação libertadora, Paulo Reglus Neves Freire, sucintamente reconhecido por apenas, Paulo Freire, é autor de importantes obras que contribuem especialmente para área de Educação, mas, além dessa, a formulação da pedagogia da libertação, o método de problematização (o qual o próprio autor refuta em considerá-lo como um método) e especialmente seu pensamento a respeito da leitura do mundo precedente à leitura da palavra e a imprescindibilidade do diálogo como umas das relações compreendidas no ato de conhecimento contribuem para a universalidade do pensamento filosófico freireano em outras áreas de conhecimento, entre essas, a comunicação e o jornalismo, objetos deste artigo.

Os meios de comunicação de massa são explicitamente tratados em duas obras do autor – Extensão ou Comunicação? e em Sobre Educação: Diálogos (v. 2). Mas, assim como defende Venício Lima (1981, p.60), é possível que o leitor atento atenha-se que, em outros escritos de Paulo Freire, a comunicação também se apre-

¹Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia – FACOMB, da Universidade Federal de Goiás. Doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo.

²Mestranda em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás.

sente subjacente a alguns conceitos formulados por Freire, que se relacionam com as áreas de comunicação, como afirmou o próprio autor.

Mas mesmo quando não venho tratando desses chamados meios de comunicação em trabalhos anteriores, mesmo quando não falo diretamente sobre eles, eu os considero, por exemplo, dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento que venho desenvolvendo nos meus trabalhos sobre educação. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p.40).

Além disso, estudiosos que pesquisam a educação e a comunicação consideram as contribuições de Paulo Freire em seus estudos. E há autores brasileiros que já se debruçaram na tarefa de relacionar especificamente as ideias de Paulo Freire aos estudos de comunicação em livros e artigos, a exemplo, de Venício Artur de Lima, Eduardo Meditsch e José Marques de Melo. Relacionar comunicação e educação é versar sobre dois campos de conhecimento, cujas importâncias são indiscutíveis na sociedade contemporânea e que podem se aproximar exatamente na potencialidade de serem instituições de aperfeiçoamento da democracia e colaboradores no exercício da cidadania plena, em diferentes dimensões.

CONCEITUAÇÕES SOBRE COMUNICAÇÃO EM PAULO FREIRE

A Comunicação, no ensaio *Extensão ou Comunicação?*, de Paulo Freire (1983), foi discutida em sua abordagem mais ampla no âmbito da comunicação humana. Ela é compreendida como um elemento de humanização do homem, por permitir o diálogo desse indivíduo com o mundo e com os outros homens. Também, o autor trata a comunicação, enquanto uma relação dialógica, como um fator imprescindível entre os sujeitos no ato de conhecimento.

Nessa obra, Paulo Freire realiza uma análise conceitual do termo extensionismo, utilizado no contexto do relacionamento entre os técnicos agrônomos e os camponeses chilenos, pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, durante o período em que o autor esteve exilado em Santiago, no Chile. O conceito de extensão contrapõe-se ao conceito de comunicação, segundo Freire, que mostra o equívoco gnosiológico no uso desse termo ao ser aplicado na relação entre o técnico e o camponês. A ação extensionista coloca-se como uma transmissão de saberes ou de comunicados, em que os sujeitos, no processo de aprendizagem, estão situados em posições hierarquicamente antagônicas, sendo os técnicos, considerados como os emissores tidos como superiores nos saberes técnicos-científicos, e os receptores, os camponeses, como seres inferiorizados em que são depositados conteúdos. Dessa forma, “[...] não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente (grifo do autor) de seus comunicados.” (FREIRE, 1983, p.67). Freire considera a exigência da reciprocidade no processo de conhecimento e de comunicação.

[...] a tendência do extensionismo é cair facilmente no uso de técnicas de

propaganda, de persuasão, no vasto setor que vem se chamando “meios de comunicação de massa”. Em última análise, meios de comunicados às massas, através de cujas técnicas as massas são conduzidas e manipuladas e, por isto mesmo, não se encontram comprometidas num processo educativo-libertador. (FREIRE, 1983,p.72, grifo do autor).

Aos meios de “comunicados”, que transformam os homens em objetos, Paulo Freire apresenta esse conceito ainda em sua primeira obra *Pedagogia do Oprimido*, na qual o autor versa sobre a atuação nociva da educação bancária realizada nas escolas tradicionais que visam manter o status quo das classes hegemônicas e à transmissão unidirecional de conteúdos acríticos, e não à libertação dos oprimidos. De mesmo modo, o autor considera o agir dos meios de comunicação de massa como instituições semelhantemente antidialógicas e comprometidas com depósito de conteúdos em indivíduos-objetos, sem a criticidade necessária para a libertação dos sujeitos da opressão e a transformação do mundo, a que Freire nomeia de práxis.

Para Freire, a verdadeira comunicação exige o diálogo como uma premissa tanto da área de comunicação - “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo.” (FREIRE, 1983, p. 67) - quanto na educação - “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p.69). Venício Lima (1981, p.64) ressalta que a contribuição do pensamento freireano inclui uma fundamental e indispensável quarta relação compreendida pelo conhecimento, a relação dialógica, além do gnosiológico, lógico e histórico.

Freire retoma essa consideração sobre os meios de comunicação no livro *Sobre Educação: Diálogos (Volume 2)* em que juntamente com Sérgio Guimarães se propõem a discorrer sobre a relação entre a mídia e o processo educativo. Mais uma vez, Freire, refere-se ao que os meios de comunicação fazem como “comunicados”. “Em lugar de haver comunicação real, o que está havendo é transferência de dados, que são ideológicos e que partem muito bem vestidos.” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 15). Nessa obra, Freire revisita algumas de suas considerações feitas anteriormente sobre a unidirecionalidade dos meios de comunicação, versando com maior ênfase sobre a televisão, e refuta ainda a ideia de passividade dos públicos em receber os conteúdos de maneira homogênea, sem resistência. O autor ressalta ainda que os meios de comunicação de massa devem ser compreendidos dentro das relações de poder em que estão inseridos:

Acho, porém – não sei se tu concordarás comigo -, que é impossível pensar o problema dos meios sem pensar a questão de poder. O que vale dizer: os meios de comunicação não são bons nem ruins em si mesmos. Servindo-se de técnicas, eles são o resultado do avanço da tecnologia, são expressões da criatividade humana, da ciência desenvolvida pelo ser humano. O problema é argumentar a serviço do quê e a serviço de quem os meios de comunicação se acham. E esta é uma questão que tem a ver com o poder e é política, portanto. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 14).

PARALELO ENTRE O PENSAMENTO FREIREANO E AS TEORIAS DE COMUNICAÇÃO

As ideias de Paulo Freire em muito se associam a algumas teorias de área, especialmente, se nos atentarmos ao contexto espaço-temporal de seus escritos. Além disso, suas contribuições no campo educacional colaboraram, especialmente, na configuração do conceito de comunicação popular e nas defesas por uma leitura crítica da mídia no ambiente escolar e também no cotidiano. A concepção freireana de educação inspirou as experiências com a comunicação e a cultura popular dentro o paradigma conflitual dialético da Escola Latino-Americana de estudos sobre comunicação, nos anos de 1980 a 1990.

[...] no Brasil, Paulo Freire e José Marques de Melo, apontam para a construção de um novo modelo de análise que se preocupava com a mediação social e teórica da comunicação com a cultura popular e com a vida cotidiana, em que o fator diferencial não é o método, mas o comprometimento social da pesquisa. (TEMER; NERY, 2004, p.158).

Em suas obras, Freire questiona as políticas e os discursos que velam as relações antagônicas de poder nas classes sociais, podendo ser identificadas em suas ideias importantes críticas ao funcionalismo, ao positivismo e ao difusionismo presente no paradigma funcionalista pragmático da Escola Americana Positivista, em que os meios de comunicação são uma das instituições da sociedade que possuem uma função social de manutenção da ordem e bom funcionamento do status quo, por meio da transmissão de informações, mas, além disso, desempenham “[...] parcialmente a tarefa de realçar e reforçar os modelos de comportamento existentes no sistema social.” (TEMER; NERY, 2004, p.55).

O pensamento de Paulo Freire contrapõe-se à teoria hipodérmica, que versa sobre a eficácia dos conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação ao atingirem diretamente à massa composta por indivíduos atomizados, fisicamente dispersos e de maneira homogênea. Pelo contrário, Freire considera o homem com uma “vocação ontológica” de ser sujeito, de ser-mais, e não objeto de outros homens, de instituições ou de meios de comunicação, com uma fé na capacidade criativa dos homens, pensamento esse condizente com sua postura assumida de educador libertador.

Especialmente, Paulo Freire valoriza os saberes prévios dos sujeitos no ato gnosiológico, partindo desses,

mas não ficando no basismo ou no verbalismo teórico, mas auxiliando-os por meio da educação, considerada como um ato político, e não neutro, que auxilia o educando a fazer a leitura do mundo anteriormente à leitura da palavra e a “pensar certo”, a partir da abstração seletiva, conscientização e problematização sobre o cotidiano a partir da microrrealidade dos sujeitos, chegando-se à macrorrealidade sem prescindir dos saberes técnico-científicos, considerados como elementos indispensáveis para a instrumentalização dos sujeitos ao objetivo final da ação revolucionária a ser conduzida pelos oprimidos para a práxis, ou seja, a transformação da realidade.

Suas reflexões sobre os meios de comunicação de massa em muito se aproximam à criticidade presente no paradigma crítico radical, em que os meios são considerados como a serviço das classes hegemônicas e da indústria cultural e são utilizados para transmitir os discursos velados dessas classes dominantes, manipulando a massa. Também, ao se referir à ideia da cultura do silêncio nas sociedades subdesenvolvidas, seu pensamento assemelha-se à hipótese do Espiral do Silêncio nos meios de comunicação, em que assuntos de interesse público são ignorados da agenda midiática, da mesma maneira em que “[...] O silêncio da sociedade-objeto, em relação à sociedade-dirigente, repete-se nas relações que se estabelecem no seio da mesma sociedade-objeto.” (FREIRE, 1979, p.65).

Mas, as ideias de Freire sobre os meios de comunicação diferem-se da teoria crítica dos frankfurtianos, no sentido, daquela criticidade que beira ao pessimismo exarcebado e à desesperança frente ao mundo dado; pelo contrário, seu pensamento, dentro da corrente crítica, associa-se mais à teoria da ação comunicativa, proposta pelo teórico crítico Habermas, em que o agir comunicativo entre duas ou mais pessoas, deve-se ser voltado para o entendimento entre os indivíduos, que coordenam de comum acordo suas ações, com vistas à emancipação da vida humana das diversas formas de alienação. (TEMER; NERY, 2004, p. 92).

Em seus escritos, Freire afirma que não enxerga os meios de comunicação como simples instrumentos ou canais neutros no processo comunicativo, conforme apresenta a teoria da informação, mas como influenciadores da ação do indivíduo em sociedade e na própria estruturação do social, por exemplo, ao se referir à televisão: “[...] para mim, a televisão não pode ser compreendida em si. Ela não é um instrumento puramente técnico, o uso dela é político.” (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 40).

DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO FREIREANO E AS TEORIAS DO JORNALISMO

O relacionamento entre as ideias de Paulo Freire e o jornalismo, mesmo esse último campo não sendo objeto central de suas obras, é uma empreitada já pleiteada, com sucesso, por teóricos da Comunicação, em especial, Eduardo Meditsch. Autor esse que conjuntamente com Mariana Faraco, no artigo O Pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia, buscam extrair das obras de Freire suas opiniões sobre o papel dos meios de comunicação de massa e da imprensa, que aparecem dispersas em seus livros, e, ainda, discorrem sobre a relação do autor com os meios de comunicação, enquanto um consumidor dos conteúdos midiáticos de sua época.

Exercício esse em que Freire (2000, p.110) afirmava que assumia um papel de incansável leitor crítico dos

meios de comunicação, colocando-se e incentivando outros a colocarem suas mentes e a curiosidade funcionando epistemologicamente em todo tempo, tarefa essa a qual o autor não considerava fácil, mas também não se portava frente aos conteúdos vindos da televisão como quem se entrega e está disponível ao que vier.

As associações entre o pensamento e as práticas pedagógicas de Paulo Freire ao jornalismo podem ser feitas, como afirmam Meditsch e Faraco (2003, p. 26), “[...] por sua universalidade como pela utilidade de suas concepções de ‘diálogo’, ‘rigor’, ‘leitura do mundo’, ‘percepção crítica da realidade’, entre tantas outras.” também existentes nesta prática social. O jornalismo, enquanto um campo de conhecimento, busca a legitimação de suas teorias específicas dentro do campo comunicacional, o qual o reconhecimento de suas teorizações advindas, em sua maioria, das rotinas produtivas e da cultura institucional e profissional dos jornalistas não é consenso entre os teóricos, cuja a problematização fundamenta-se, em grande parte, porque, no jornalismo, as relações dicotômicas entre prática e teoria são imensas, pois, no dia a dia, no jornalismo, as “regras” são outras.

A essa dicotomia entre saberes práticos e teóricos também presente na educação bancária, Paulo Freire a refuta como um discurso em que estão implícitas as ideologias de classes sociais, em que às classes dominantes e aos cientistas competem os conhecimentos teórico-científicos, que não visam mudar a realidade, mas apenas descrevê-la; já aos oprimidos, não lhes cabe a reflexão teórico-crítica, mas sim o saber operar, saber fazer, o praticismo basista que não visa à transformação social. “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablabá e a prática, ativismo.” (FREIRE, 1996, p.22).

Outra questão presente nas reflexões de Paulo Freire que cabem na análise sobre o jornalismo refere-se ao mito da neutralidade, em que o autor defende a impossibilidade da prática educativa ser neutra, pois trata-se de um ato político, diretivo e intencional, em que os educadores devem tomar posição sobre a quem estão a serviço com seu ato de ensinar e a que tipo de educação servem: a libertadora ou a bancária. Além disso, o autor afirma que o discurso da neutralidade serve para velar “[...] à impossível neutralidade que não é outra coisa senão a maneira manhosa com que se procura esconder a opção.” (FREIRE, 2005, p. 112). Assim, como ocorre na educação, Freire destaca a impossibilidade da neutralidade nos meios de comunicação de massa. “Não temo parecer ingênuo ao insistir não ser possível pensar sequer em televisão sem ter em mente a questão da consciência crítica. É que pensar em televisão ou na mídia em geral nos põe o problema da comunicação, processo impossível de ser neutro.” (FREIRE, 2000, p. 109).

No mesmo sentido, o jornalismo legitima-se no mito da neutralidade, como uma defesa em prol do relato objetivo da realidade cotidiana, estando, portanto, o jornalismo, por meio dessa pretensa neutralidade, imune das subjetividades dos profissionais e das instituições. Um equívoco, portanto, tanto para a educação quanto para a comunicação.

Muitos jornalistas, pela falta de rigor com a informação, não se dão conta de que repetem o discurso da fonte, atendendo a seus interesses e não aos do público. Esta idéia equivocada da neutralidade não auxilia a objetividade jorna-

lística, mas a afasta do ideal da atividade: a busca pela verdade e pelo novo. (MEDITSCH; FARACO, 2003, p.35).

O jornalismo, enquanto uma atividade nascida no processo histórico da industrialização das sociedades e na crescente urbanização da vida social, coloca-se em um paradoxo de transitar entre dois campos: o econômico e o ideológico, ou seja, o de ser a notícia tratada como uma mercadoria presente na sociedade moderna, mas cujo valor funda-se em seu campo ideológico em que o direito à informação é um dos pré-requisitos para o exercício da cidadania, em que o jornalismo se ampara para justificar o seu fazer. Além disso, a própria concepção de democracia perpassa pela existência de uma imprensa livre. Mas, Freire chama atenção sobre a ética do trabalho da imprensa, de seu dever de informar corretamente: “Liberdade de imprensa não é licenciosidade de imprensa. Só é livre a imprensa que não mente, que não retorce, que não calunia, que não se omite, que respeita o pensamento dos entrevistados [...]” (FREIRE, 1994, p. 190).

JORNALISMO DE SERVIÇO: UM GÊNERO EDUCATIVO?

A mídia vem concorrendo com as instituições formais de educação, como a escola, o papel de educar, circular conhecimentos e saberes do cotidiano e socializar modelos de comportamentos, obviamente, operando em lógicas de ensino distintas do ambiente escolar, porém, de igual importância.

Conscientes de que não somente a escola é, no mundo atual, um lugar de aquisição de preceitos e habilidades para se viver em sociedade, não temos dúvida que essa instituição ainda representa a institucionalização da educação formal. Tal papel lhe é atribuído mesmo enfrentando todos os desafios, seja por parte do Estado – ao tentar minimizar essa função com políticas que estimulam a privatização da educação sob pena de reduzi-la a mais um negócio rentável e de qualidade duvidosa-, seja por parte da família, que parece delegar cada vez mais à escola a função de educar e de disciplinar sua prole; ou seja por parte da mídia, que concorre para o cumprimento dessa função com a disseminação de produtos e conteúdos educativos. (MARQUES DE MELO; TOSTA, 2008, p.22-23).

Apesar dos escritos de Paulo Freire não serem contemporâneos a essa época da sociedade da informação no século XXI, em suas últimas obras, o autor refere-se à necessidade dos educadores e da própria escola em se “alfabetizarem” em relação ao uso dos meios de comunicação, referindo-se especificamente à televisão, como um processo inevitável em que é preciso refletir e discutir sobre a mídia.

Então, para mim, a questão que se coloca não era o fim da escola, a morte da escola. Para mim, é a demanda de uma escola que estivesse à altura das novas exigências sociais, históricas, que a gente experimenta. Uma escola que

não tivesse, inclusive, medo nenhum de dialogar com os chamados meios de comunicação. Uma escola sem medo de conviver com eles, chegando mesmo até, risonhamente, a dizer: “Vem cá, televisão, me ajuda! Me ajuda a ensinar, me ajuda a aprender!”, não? Assim, essa escola necessariamente se renovaria, com a presença desses instrumentos comunicantes que a gente tem aí, e poderia também ajudar até a tarefa dos meios de comunicação. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p.24-25).

Se a escola ensina, e a mídia também, mesmo que a vocação dessa última não seja formalmente educar. Competiria, então, ao jornalismo, dentre os gêneros midiáticos, a tarefa de informar formando os públicos no e com o cotidiano? Qual a capacidade de um gênero jornalístico, como o jornalismo de serviço, atuar como um gênero educativo, privilegiando a informação útil para os receptores

? Relacionar esses questionamentos com as obras de Freire é buscar fazer reflexões críticas sobre o jornalismo de serviço, mesmo que o autor jamais tenha tocado neste assunto. Porém, a universalidade do pensamento freireano incita a uma análise crítica que motiva a empreitada neste artigo.

Os gêneros discursivos na comunicação são importantes variáveis nos estudos da área comunicacional. Os gêneros podem ser compreendidos como categorias de discursos capazes de agrupar trabalhos ou textos, reunindo-os a partir de suas semelhanças linguístico-visuais, num dado espaço geográfico e quadro temporal. Os gêneros inter-relacionam-se com as culturas onde estão inseridos, sendo altamente dinâmicos, porém, estruturados por uma certa categorização, que busca colocar uma ordem e estabilizar a comunicação em diversas esferas da sociedade, seja a partir da reunião de enunciados pelos tipos e formatos das mensagens ou pela função social dessas.

O jornalismo de serviço, categoria integrante dos gêneros jornalísticos, também é conceituado como gênero utilitário, jornalismo utilitário, bem-estar ou de social, que foi classificado assim, a partir de 1980, devido ser capaz de atender as necessidades da sociedade, por ter um caráter utilitarista para o leitor. É um dos gêneros discursivos presentes no jornalismo, que tem se despontado no final no século XX e início do século XXI, como uma narrativa utilitarista, que é independente de outros gêneros jornalísticos, diferindo-se na intencionalidade do texto, nos interesses e nos valores-notícias dos pauteiros, editores e repórteres e, especialmente, no uso que o público dá as informações recebidas como serviços.

A intencionalidade presente na conceituação do jornalismo de serviço o coloca como um gênero a favor dos interesses públicos, priorizando o oferecimento de dados e informações úteis para os públicos, a exemplo, de notícias sobre previsões meteorológicas, sobre o tráfego nas cidades, reportagem sobre economia doméstica, campanhas de vacinação, matérias de saúde que relatam formas de prevenção de doenças, reportagens sobre educação acompanhadas por quadros sobre cursos profissionalizantes, matérias sobre como tirar carteira de trabalho, passaporte, etc., ou seja, todo conteúdo informacional acompanhado por orientações e guias, cuja a

intenção é a de prestar um serviço personalizado para determinados públicos.

[...] o jornalismo de serviço é a informação que fornece ao receptor a possibilidade efetiva de ação e/ou reação. Aquela informação oferecida oportunamente, que pretende ser de interesse pessoal do leitor-ouvinte-espectador, que não se limita a informar sobre mas para; que se impõe a exigência de ser útil na vida pessoal do receptor, psicológica ou materialmente, mediata ou imediatamente, qualquer que seja o grau ou alcance dessa utilidade. A informação cuja meta deixa de oferecer dados circunscritos ao acontecimento, para oferecer respostas e orientação. (DIEZHANDINO, 1993, p.124, grifo da autora, tradução nossa).

Sobre a função educativa do jornalismo, de modo geral, Vaz (2013, p.53) discorre que essa ocorre nas expressões jornalísticas de diversas maneiras, mas sempre numa perspectiva de que educar não é uma finalidade primeira do jornalismo. “A informação, mesmo sem o propósito de educar ou instruir, pode ser utilizada para essa finalidade se acrescentada outra ferramenta, como um caso de debate em sala de aula.” Mas, no jornalismo de serviço, acreditamos que esse gênero concede uma função educativa mais evidente para as práticas jornalísticas na grande imprensa, que, se bem aproveitado, podem servir para complementar a formação dos públicos sobre conhecimentos necessários para a vida cotidiana.

Temer (2002, p.102) considera o jornalismo de serviço como um gênero que possui um componente pedagógico direcionado ao um melhor uso ou consumo de bens ou de direitos, “exercendo uma função ‘orientadora’ para os receptores que não tiveram acesso à informação por meio do sistema de ensino institucionalizado ou das vias de comunicação públicas”. Desse modo, o jornalismo de serviço, seria, portanto, uma prática condizente com o difusionismo, visão que coloca aos meios de comunicação a capacidade de convencer os receptores a adotarem inovações e difundirem conhecimentos, gerando desenvolvimento nacional, independentemente dos públicos não estarem aparados por um sistema de ensino que os forme integralmente, ou mesmo, não tenham condições sociais, políticas e econômicas.

Problematizando esse caráter pedagógico do jornalismo de serviço nos meios de comunicação à luz do pensamento freireano, questiona-se qual realmente é o potencial pedagógico do jornalismo de serviço de atender aos interesses específicos dos públicos, sendo que, conforme a rotina produtiva atualmente realizada, os temas das matérias de serviço são, em sua grande maioria, pensados por jornalistas, produtores, pauteiros, editores que supõem saber o que público precisa tomar conhecimento, sem realmente estabelecer um diálogo ou promover uma escuta social interessada? Esse gênero jornalístico, que poderia prestar um verdadeiro serviço de atenção aos interesses públicos, não estaria sendo mal utilizado, não passando a ser ao que Freire refere-se como meios de “comunicados” ou “extensionismo” de conhecimentos, assim como ocorre na educação bancária?

Para Freire, o conhecimento advém muito mais do que a simples presença e apreensão do objeto dado, da

transferência de saber de um sujeito ao outro, porque o ainda dar se conta de um saber, que não tenha significado para aquele que o recebe, não é conhecimento. Paulo Freire (1983, p. 67) defende que nos processos comunicativos é necessária uma reciprocidade dos sujeitos comunicantes que não pode ser rompida.

O jornalismo de serviço pode colaborar com sociedade brasileira, em que os cidadãos das classes baixas e que não possuem uma formação educacional, bem como não são atendidos pelos órgãos públicos, sejam amparados em seus direitos pelas instituições jornalísticas, por meio da divulgação de informações de utilidade pública e até mesmo por meio da prestação de serviços, como matérias jornalísticas para fazer carteira de identidade, mutirões para corte cabelo, orientação judicial, etc., formas legais essas de inserção do público na cidadania, que se revelam mais por tratarem-se de uma preocupação assistencialista da grande mídia, ao invés de uma perspectiva libertadora e de transformação revolucionária encabeçada pela imprensa.

Temer (2013, p. 324), ao referir-se ao jornalismo de serviço realizado nos telejornais, defende que, apesar da significativa presença do material utilitário nos telejornais nacionais, esse ainda é “[...] pouco valorizado pelos jornalistas, os quais não dão a devida importância a sua função didática.” Castilho (2014) ressalta a necessidade, cada vez mais importante, nessa era digital, da imprensa contribuir com a produção de conhecimento, reinterpretando as instruções gerais para as realidades específicas dos sujeitos, uma das formas de os jornais colaborarem na produção do conhecimento socialmente relevante.

Nesse sentido, o jornalismo de serviço educaria ao informar conteúdos úteis a determinados públicos, formando-os para uma melhor qualidade de vida no cotidiano. Porém, na perspectiva de uma educação libertadora, essa ação seria nada mais do que uma prática educativa mantenedora do status quo, assistencialista e difusionista de saberes numa relação não dialogal entre um emissor que se coloca como detentor de conhecimentos necessários e receptores que são tidos como pouco ou nada sabem, mesmo que os conteúdos sejam progressistas, limitando, assim, a capacidade do jornalismo de serviço em formar cidadãos ativos e plenos.

De fato, da maneira como o jornalismo de serviço é hoje exposto no telejornalismo, o telespectador é induzido a abdicar da sua posição de crítico e convidado a assumir uma posição de observador privilegiado, que foi brindado com informações gratuitas sobre um serviço, ou beneficiada com conhecimento de possibilidades de acesso a algum tipo de refinamento cultural ou social. (TEMER, 2013, p.324).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de trazer o pensamento filosófico de Paulo Freire para a discussão sobre jornalismo de serviço é analisar criticamente como esse gênero jornalístico está sendo utilizado enquanto uma categoria que traz em si um princípio de responsabilidade social e uma função pedagógica e quais suas limitações, conforme o modo como está sendo operado. Longe de querer realizar uma leviandade de tentar basear que a educação libertadora proposta por Paulo Freire é realizada pelos meios de comunicação de massa ou pelo jornalismo de serviço, pois, não, não cabe enquadrar as atividades de mídia atual numa proposta de educação libertadora. Afinal, os meios de comunicação, no Brasil, apesar de serem concessões públicas, estão nas mãos dos grupos dominantes, das elites políticas e econômicas e repercutem a ideologia desses grupos em seus discursos de manutenção do status quo.

Mas, assim, como Freire considera os meios nem os demonizando e nem como salvadores, mas sempre os questionando a serviço de quem se encontram e as relações políticas e de poder em que estão inseridos, acreditamos que é possível ao jornalismo de serviço estabelecer a reciprocidade do diálogo na comunicação, a partir da utilização dos canais de mediação proporcionados pelas tecnologias e realizar uma verdadeira escuta social dos públicos e também aproveitando-se das mídias colaborativas, em que os receptores têm mais chances de contribuir nos conteúdos noticiosos, o que tem sido desconsiderado ou realizado de maneira limitada por parte da grande mídia ao dar voz às classes oprimidas.

O jornalismo de serviço, por seu uso e formato potencialmente didático, transita, portanto, entre as práticas de uma educação não-formal realizadas pelos meios noticiosos, informando para além do fato pelo fato, mas orientando, formando e colaborando com os públicos, por meio da informação útil na tomada das decisões no cotidiano. Saberes cotidianos esses que não têm sido enfatizados pela educação formal, impondo ao jornalismo, pela sua responsabilidade social, a informar conteúdos mais educativos do que os sensacionalistas ou os de entretenimento vazio, o que vem ocorrendo em sua maioria na mídia. Além disso, esse gênero coloca como tarefa para a grande imprensa não a substituição da educação escolar, mas uma complementação da formação dos sujeitos em conteúdos socialmente relevantes para a vida cotidiana, e não só em saberes técnico-científicos para o alcance do mundo profissional ou do mundo acadêmico.

Com o que foi exposto, sem pretender conclusões, considera-se que o jornalismo de serviço pode se estabelecer como um gênero que seja mais compatível com as novas formas de cognição na sociedade midiática a ser executada pela imprensa, na perspectiva de levar conteúdos informacionais úteis para os públicos, por meio do uso de linguagens textuais sucintas e na exacerbação do elemento imagético contribuindo para um ensino mais útil e criativo e uma aprendizagem de saberes socialmente relevantes, através da mídia. Metaforicamente, o jornalismo de serviço trata-se de “[...] não só dar os peixes, mas a ensinar a pescá-los”, como ressalta (DIEZHANDINO, 1993, p.124, tradução nossa). Nesse sentido, vislumbramos, assim como Freire se referiu em entrevista,

a relação entre os meios de comunicação e a escola, que “[...] acredito ser possível fazer uma informação enquanto formação desde dentro e desde fora para dentro com relação aos meios massivos [...]” (FREIRE, 1987, p. 90).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTILHO, Carlos. O jornal como mídia do conhecimento. *Observatório da Imprensa*, 27 jul. 2014. Disponível em: < http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/o_jornal_como_midia_do_conhecimento>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- DIEZHANDINO, María Pilar. El "Periodismo de Servicio", La Utilidad En El Discurso Periodístico. In: *Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura*, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona; Universitat Oberta de Catalunya. n.15, p.117-125, 1993. Disponível em: < <http://www.raco.cat/index.php/analisi/article/viewFile/41192/89145>>. Acesso em: 28 jul.2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- _____. *Extensão ou Comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. Paulo Freire: educação e comunicação ou o difícil caminho da libertação. Entrevista concedida a Ana Maria Fadul. *IDAC*, [S.l.], p.88-92, 1987. Disponível em: < <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1248#page/2/mode/1up>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- _____. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 3ª reimp. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____.; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre Educação: Diálogos*. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e Cultura: as idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARQUES DE MELO, José; TOSTA, Sandra Pereira. *Mídia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. O Pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia. In: *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v.26, n.1, 2003. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1031/932>> Acesso em: 29 jul. 2014.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; NERY, Vanda Cunha Albieri. *Para entender as teorias da comunicação*. Uberlândia: Aspectus, 2004.
- _____. *Notícias & Serviços: nos telejornais da rede Globo*. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.
- _____. *Jornalismo de Serviço: entre a informação, o consumo e a cidadania*. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferreira. (Orgs.). *Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 301-326.